

O cosmopolitismo de araque

Novas formas de irracionalidade definem a era do capitalismo medíocre

JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA

especial para a Folha

A globalização capitalista nem é mito, como pretende certo esquerdismo nacionalista atrapalhado, nem é sinfonia do equilíbrio geral dos mercados liberalizados, como quer o apologeta cosmopolita da periferia. Ela é a denominação consagrada, ainda que enganosa, por sugerir homogeneidade mundial, para a atual realidade do sistema de poder internacional, dominado por Estados Unidos, Japão e Alemanha, cujas características econômicas tratei séria e serenamente no artigo intitulado "O espectro que ronda o capitalismo" (Mais!, 01/09/96). Defendi a ideia de que a globalização é, possivelmente, uma nova forma do desenvolvimento capitalista e de sua irracionalidade inteligível, que se expressa, sobretudo, no que denominei, com explicação detalhada, de financeirização da riqueza.

Um dos diretores do Banco Central brasileiro, Gustavo Franco, atacou este artigo, entre outros, com adjetivação furiosa "macrocosmologia fantasmagórica", "capitalismo catástrofe", mas sem argumentos substantivos (Mais!, 24/11/96). Cada banco central tem os dirigentes que as armadilhas do destino histórico lhe aprontam, ainda que não o mereçam. Ao contrário do funcionário brasileiro, o presidente do FED, o banco central dos Estados Unidos, Alan Greenspan, comentou a globalização financeira com a seriedade que o assunto requer. Referindo-se ao comportamento especulativo nos mercados acionários mundiais, afirmou que eles vivem uma "exuberância irracional" (no caderno Dinheiro, Folha, 07/12/96).

Do que se trata é desta autonomização financeira em que os valores dos títulos superam os da riqueza produtiva, com o dinheiro exercendo todo o seu fetiche, como objeto animado pela virtude mágica de acrescentar-se na espiral dos juros, de ser venerado, obedecido às cegas, verdadeira encarnação do "espírito" do capital. Característica escamoteada em tantas análises vulgares da globalização e dos riscos que o processo de inserção deve levar em conta. É compreensível sobretudo quando provenientes da verve de operadores de tal folia na periferia do capitalismo. O operador do fetiche não o domina; é por ele dominado. É incômoda, portanto, a designação de fenômenos como sobrevalorização da taxa de câmbio e valorização fictícia do capital como coisas próprias do fetiche.

Num esforço de reflexão, Franco arremata: "Impossível saber o que são essas coisas, mas nada pode soar mais assustador: fetichismo, financeirização, capital em função, cruz-credo".

Ora, cruz-credo! há de dizer o atento leitor diante da empulhação. Afinal, em algum momento de meditação, lá com seus botões, mesmo o operador há de suspeitar que no capitalismo o fetiche está relacionado ao dinheiro e ao seu modo especial de operar como reserva de valor. Nos bancos centrais, como demonstra a franqueza de Greenspan, muita coisa se constata, mesmo quando originariamente não se o fez nos bancos escolares, ou quando delas, acomodaticamente, já se esqueceu.

A irracionalidade em questão advém da multiplicação fictícia da riqueza e suas consequências danosas para as economias e as populações. A especulação provoca recorrentemente valorizações financeiras descoladas das variáveis reais como o lucro e o investimento produtivos. Esta camada de riqueza financeira fictícia, como expliquei no Mais!, passou a ser um elemento estrutural no capitalismo atual. É uma massa de

"riqueza de papel" (títulos financeiros e moedas) com a qual manipulam diariamente bancos, empresas e grandes proprietários. Daí a sucessão de bolhas especulativas, crises de desvalorização e emergência de novas bolhas. Se os bancos centrais e as políticas econômicas fossem capazes de estimular tal riqueza monetária para fins produtivos, a infraestrutura, o investimento, o emprego e as condições de vida no mundo teriam outra perspectiva.

Ao contrário, essa "riqueza de papel" circula especulativamente na globalização e é sancionada, especialmente, por governos que mantêm altas taxas de juros. O Banco Central do Brasil, na gestão de Franco, é exemplar nesta prática com a qual atrai capitais estrangeiros para sustentar as reservas internacionais e assim garantir a "âncora" do Real: a taxa de câmbio sobrevalorizada diagnosticada pelo próprio BNDES.

Os gestores de bancos centrais têm vivenciado também outro aspecto importante da irracionalidade, que é o da esterilidade da dívida pública. Esta não é mais em grande parte emitida para financiar o investimento governamental, mas sim para pagar custos de uma dívida que cresce com os juros altos. Mais dívida para pagar mais juros, impulsionando a inconsistência fiscal.

Chegando o momento da desconfiança frente ao câmbio e ao fisco, vem o desenlace conhecido. Os aplicadores fogem da moeda artificialmente valorizada, caem as reservas internacionais, ocorre a crise cambial e o governo local precisará que um banco central emissor de divisa forte e organismos internacionais venham em socorro.

Na opinião de analistas de distintos perfis político-ideológicos, o livre movimento de capitais especulativos, os juros altos, o câmbio sobrevalorizado, e a inconsistência fiscal são a marca de nossa "estabilização" inserida neste mundo global.

Contra a lengalenga de que só há este caminho, permita-me o leitor lembrar de algo que registrei quando do lançamento do Plano Real: "Não se trata de desconhecer que a inserção das economias periféricas nesta economia global é inevitável, nem tão pouco de imaginar reincursões no nacional-desenvolvimentismo ou no nacional-populismo. O problema crucial é a estratégia, o cronograma e as políticas concretas desta inserção e não o reconhecimento acaciano de que o mundo mudou" (Mais!, 31/07/94).

Se voltaremos ao "capitalismo catástrofe", como nos anos 30, o que não foi fruto da "imaginação crítica", mas em boa parte da inoperância das autoridades monetárias, é coisa que quem viver verá. O futuro, como ensinou lord Keynes, é incognoscível. Por enquanto, como disse no artigo que instigou o diretor Franco, o espectro da globalização é: nem colapso nem desenvolvimento. Nesse sentido, o que se pode afirmar é que ao "capitalismo idade-de-ouro", do pós-guerra, sucedeu o "capitalismo medíocre" e seus operadores globais correspondentes. Medíocre, por suas baixas taxas de crescimento, por seu desemprego, pela desindustrialização em vários países, pelo aumento da heterogeneidade econômica e social mundo afora, pela ação restritiva da financeirização ao capital em sua função produtiva, pela elevação da "estabilização monetária" a qualquer custo à condição de "projeto nacional".

A globalização é um fenômeno mais fundo do próprio desenvolvimento capitalista e enquanto tal ela tem dimensões irreversíveis, como a interdependência econômico-produtiva e monetário-financeira das nações. Reversível é a política do "*laissez-faire*" que os pacotes políticos retrógrados nela introjetam. As tarefas complexas da própria globalização acabarão por derrotá-la se não regredirmos ao século 19, quando se chegou a pretender que a economia mandasse na sociedade. Já é crescente, mesmo no âmbito do governo brasileiro, a percepção de que, na globalização, para um país ser vitorioso é preciso ser soberano sem xenofobismo, mas também sem cosmopolitismo de araque.

José Carlos de Souza Braga é professor-doutor do Instituto de Economia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), pós-doutorado pela Universidade da Califórnia (Berkeley, EUA), foi secretário-especial de Abastecimento e Preços do Ministério da Fazenda (1986-1987) e presidente do Conselho Regional de Economia-SP (1985).